

# Para Righi, foi "uma safadeza"

BRASÍLIA — O líder do PTB na Câmara, deputado Gaston Righi, de São Paulo, considerou "uma safadeza" a reportagem publicada ontem pelo Estado, denunciando o nepotismo no Congresso Nacional. Righi disse que a pesquisa de Maria Aparecida de Oliveira foi "propositalmente incorreta", quando não fez diferença entre os funcionários que trabalham nos gabinetes dos deputados e senadores, e os servidores do quadro funcional do Senado e da Câmara. E lançou um "desafio" para que se publiquem os nomes dos funcionários nomeados por deputados para seus gabinetes que tenham permanecido no quadro funcional da Casa. "Aqui, pelo que eu saiba, nunca houve isso", afirmou.

"O funcionário do gabinete não é do quadro funcional", disse Righi. "O regime de trabalho é outro. Além disso, ele não tem nenhuma segurança: quando o deputado perde o mandato, ele também sai da Câmara. "Se o funcionário do deputado não trabalha, o problema é do deputado", continuou Righi. "Será o Estadão ou serei eu que vou julgar a competência dos meus assessores?" Righi, que é líder do partido com a maior relação de-

putado/parente (15 parentes para sete deputados), tem dois filhos que trabalham para ele em seu escritório em São Paulo.

O vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira, também considera que a pesquisa errou ao misturar os cargos de gabinete com os cargos do quadro da Câmara. "Na Câmara, hoje, só se entra por concurso", afirmou. "Quanto ao trabalho dos assessores dos deputados, e quem é que trabalha lá, não cabe à Câmara controlar."

## DEFICIENTE

O senador Leite Chaves (PMDB-PR) protestou contra a reportagem da Agência Estado sobre nepotismo no Senado, que incluiu o seu filho, Ricardo Marinho, funcionário não concursado do Prodassen. O senador disse que seu filho foi empregado, por ser deficiente físico, quando o Senado comemorou o Ano Internacional do Deficiente Físico.

O senador Leite Chaves contestou alguns dados, afirmando que o ordenado de seu filho é de NCz\$ 610,56 líquidos (em março) e não NCz\$ 4.700,00, como foi publicado, e informou ter encaminhado uma carta ao Estado explicando tudo.

● Leia e Assine

ESTADO DE S. PAULO